

PERIGO PARA A DEMOCRACIA | POR GABRIELE HERB

Posted on 18. November 2020

Um cidadão escreveu uma carta aberta aos membros do Bundestag por causa da alteração à lei de protecção contra infecções.

De Gabriele Herb.

O "Projecto de uma Terceira Lei para a Protecção da População em Caso de Situação de Epidemia de Significado Nacional" tem suscitado numerosas críticas de especialistas. Advertem contra uma nova "lei de habilitação" que, em nome da protecção da saúde, restringe permanentemente os direitos básicos e sobrepõe-se às regras democráticas anteriores. Declarações semelhantes quase não foram ouvidas até agora de membros do Bundestag de todos os partidos. Gabriele Herb escreveu aos membros do Bundestag alemão por e-mail e pediu informações. As respostas que recebeu preocupavam-na mais do que ela estava preocupada com a conta. É por isso que escreveu uma carta aberta àqueles que irão decidir sobre o futuro da democracia neste país em 18 de Novembro de 2020.

Senhoras e senhores do Parlamento Europeu,

Nos últimos dias enviei e-mails aos membros do Bundestag pedindo-lhes que votassem contra o "projecto de uma terceira lei para a protecção da população em caso de uma situação de epidemia de importância nacional".

Como era de esperar, as respostas foram variadas. Muitos parlamentares salientaram que é prova de uma democracia funcional quando uma lei que contém medidas restritivas dos direitos fundamentais tem de eliminar o obstáculo de uma decisão parlamentar para ser juridicamente eficaz.

Esta é uma admissão inequívoca de que a auto-poder do nosso Chanceler e do nosso Ministro da Saúde foi antidemocrática - afinal, as medidas restritivas dos direitos fundamentais não foram adoptadas no Parlamento na Primavera e no Verão deste ano. Pergunto-me por que razão os senhores, como deputados, não se opuseram a este procedimento antidemocrático, por que razão o aceitaram tacitamente.

O seu silêncio não me faz confiar que, se impusesse mais restrições aos direitos fundamentais, falaria contra eles - mesmo que "lhe fosse permitido" fazê-lo.

E, fundamentalmente, estou convencido de que a Lei Básica não é uma lei de tempo justo que possa ser alterada à vontade - nem mesmo com o consentimento do Parlamento.

As medidas tomadas até agora, bem como o projecto de lei, baseiam-se na proclamação de uma situação de epidemia de importância nacional. No entanto, torna-se agora cada vez mais claro que o teste PCR com base no qual esta proclamação foi feita não é adequado para a detecção de infecções. Não existe então nenhuma base para estabelecer uma situação epidémica de importância nacional? Não vejo aqui qualquer base científica baseada em provas, que deveria ser um pré-requisito para um catálogo de medidas com consequências tão abrangentes e danos colaterais.

Para mim, o projecto de legislação levanta muitas questões - questões que devem ser esclarecidas e postas para discussão antes da decisão ser adoptada.

Por exemplo, receio que nós cidadãos nos tornemos ainda mais transparentes através do registo digital de entrada (ver rascunho, página 2, B. Solução) - isto irá violar maciçamente os nossos direitos pessoais. O que significa exactamente "tratamento de dados estruturado, preparado e mantido de acordo com normas uniformes a nível nacional"? Isto está definido? Isto significa que os regulamentos de protecção de dados estão a ser minados? É democrática uma sociedade em que os cidadãos não têm uma palavra a dizer sobre o que acontece aos seus dados?

Na página 21 do projecto de lei pode ler-se que "a obrigação até agora não implementada de comunicar uma infecção por sars cov-2 pelo nome será abandonada em favor da concentração em relatórios positivos pelo nome". Compreendo correctamente que no futuro as pessoas infectadas com Sars-Cov-2 devem ser notificadas pelo nome?

Até agora, esta notificação do nome só é exigida para doenças como o botulismo, cólera, peste, raiva e assim por diante. No caso de uma doença que até agora não causou nem mortalidade excessiva nem uma sobrecarga do sistema de saúde no nosso país, eu consideraria a denúncia pelo nome como incompreensível e como uma nova invasão dos nossos direitos pessoais. Também aqui deve ser colocada a questão da democraticidade de uma tal intervenção.

O que significa "adaptações dos regulamentos sobre a aplicação do IfSG pelas Forças Armadas alemãs"? O destacamento da Bundeswehr na Alemanha está claramente regulamentado na Lei Básica; o artigo 87a, parágrafo 2, estipula: "Excepto para fins de defesa, as forças armadas só podem ser destacadas na medida expressamente permitida por esta Lei Básica". Se esta lei for suavizada, os destacamentos contra manifestantes, por exemplo, são igualmente concebíveis - e isso faz lembrar um dos tempos mais negros da história alemã. "Só os soldados podem ajudar contra os democratas" poderia então tornar-se novamente realidade. Isso é democrático?

Deveríamos ser autorizados a continuar a restringir a nossa liberdade de viajar - mas isso não é suficiente: qualquer pessoa que viaje para uma área de risco e seja depois enviada para uma quarentena forçada não receberá compensação por perda de rendimentos. Então, se tem um sistema imunitário forte que não o faz adoecer - porque é que o nosso governo não tem feito campanha para fortalecer o sistema imunitário dos cidadãos nos últimos nove meses? Se tem um sistema imunitário forte, porque não está doente - porque é que o nosso governo não tem feito campanha durante os últimos nove meses para fortalecer o sistema imunitário dos nossos cidadãos? Isso é democrático?

Uma expropriação de facto também tem lugar quando se é obrigado como cidadão a suportar custos decorrentes de regulamentos legais - como previsto no ponto "E1". Despesas de cumprimento para os cidadãos". Pode ler aqui:

"Na medida em que os regulamentos legais são emitidos pelo Ministério Federal da Saúde, podem surgir custos para os cidadãos que são específicos à situação e, portanto, não são geralmente quantificáveis.

O montante destes custos não é especificado em pormenor - os custos podem simplesmente surgir. E os cidadãos têm de suportar estes custos, quer concordem ou não com os regulamentos legais.

Democraticamente? De modo algum.

Fiquei realmente chocado quando li o rascunho quando cheguei ao "Ponto C". Alternativas". Na maneira habitual de Merkel diz "Nenhum". Sem alternativas. As soluções propostas são "sem alternativas". Acho isto bastante pouco imaginativo. Algo só é sem alternativas se não estiver disposto a investir o tempo e o

esforço para encontrar soluções alternativas. Ou se alguém for capaz de obter vantagens pessoais devido a esta falta de alternativas. Em qualquer caso, a falta de alternativas não é democrática.

No § 56 IfSG pode ler

"A indemnização nos termos das sentenças 1 e 2 não será paga a ninguém que pudesse ter evitado uma proibição no exercício do seu anterior emprego ou separação, tomando uma vacinação ou outra medida de profilaxia específica prescrita por lei ou que tenha sido publicamente recomendada na área da residência habitual da pessoa em questão.

Isto significa que existe uma obrigação de vacinar, o que já é escandaloso tendo em conta as afirmações contraditórias que têm sido feitas repetidamente. No entanto, considero escandaloso que na página 22 do projecto de lei, as poupanças assim realizadas ("evitar o pagamento de indemnizações") sejam deliberadamente compensadas com despesas adicionais causadas pelas medidas.

Uma outra declaração no projecto de lei (que pode ser encontrada na página 23) é muito reveladora, porque revela o distanciamento irrealista dos políticos que redigiram este projecto de lei: "(...) Na medida em que os regulamentos legais são emitidos pelo Ministério Federal da Saúde, podem surgir custos para a economia que são específicos à situação e, portanto, não podem ser geralmente quantificados.

Permitam-me chamar a vossa atenção para o facto de que os custos já foram incorridos pela economia - e em particular pelas pequenas e médias empresas: Uma destruição impiedosa da subsistência já está a ocorrer, pequenas e médias empresas estão a ser empurradas para a parede, muitos cidadãos estão a enfrentar um abismo financeiro - e isto é apreciado com uma única frase: "Pode haver custos para a economia". Esta é uma afirmação incrivelmente desdenhosa.

A democracia, que muitos de vós mencionaram nas vossas respostas, não está a ser reforçada ou realizada por este projecto de lei, está a ser ridicularizada.

Exorto-vos mais uma vez a não aceitarem mais privar os cidadãos do direito de voto, uma vez que este deverá ser consagrado no "projecto de terceira lei para a protecção da população em caso de situação

epidémica de importância nacional" e a trabalharem para a restauração incondicional e completa dos nossos direitos fundamentais.

Atenciosamente

Gabriele Herb

+++

Nota sobre o artigo: O presente texto apareceu pela primeira vez em "[Rubikon – Magazin für die kritische Masse](#)", em cujo conselho consultivo Daniele Ganser e Rainer Mausfeld estão activos, entre outros. Uma vez que a publicação foi feita sob uma licença gratuita (Creative Commons), KenFM assume este texto para uso secundário e assinala explicitamente que o Rubicon também depende de doações e necessita de apoio. Precisamos de muitos meios de comunicação alternativos!

+++

O texto foi publicado em 17.11.2020 em Rubikon - Revista para a massa crítica

+++

Fonte da imagem: nomadkate / portadas

+++

KenFM esforça-se por um amplo espectro de opiniões. Os artigos de opinião e as contribuições dos convidados não têm de reflectir a opinião do pessoal editorial.

+++

Gosta do nosso programa? Informação sobre outras possibilidades de apoio aqui:

<https://kenfm.de/support/kenfm-unterstuetzen/>

+++

Agora também nos pode apoiar com as Bitcoins.



BitCoin endereço: 18FpEnH1Dh83GXXGpRNqSoW5TL1z1PZgZK